**ANEXO III**

**Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União**

Termo de Conciliação Judicial O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro.

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública.

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista.

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada.

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331).

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal).

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas.

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de.

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

**RESOLVEM**

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

**Cláusula** Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

a) – Serviços de limpeza;

b) – Serviços de conservação;

c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;

d) – Serviços de recepção;

e) – Serviços de copeiragem;

f) – Serviços de reprografia;

g) – Serviços de telefonia;

h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;

i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;

j) – Serviços de auxiliar de escritório;

k) – Serviços de auxiliar administrativo;

l) – Serviços de *office boy* (contínuo);

m) – Serviços de digitação;

n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;

o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;

p) – Serviços de ascensorista;

q) – Serviços de enfermagem; e

r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

**Parágrafo** Primeiro – O disposto nesta **Cláusula** não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

**Parágrafo** Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no *caput*.

**Cláusula** Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

**Cláusula** Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais.

**Parágrafo** Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da **Cláusula** Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

**Parágrafo** Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela **Cláusula** Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

**Parágrafo** Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

**DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula** Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**Parágrafo** Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da **Cláusula** Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Parágrafo** Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

**DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

**Cláusula** Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

**DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

**Cláusula** Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

**Cláusula** Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

**Parágrafo** único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

**Cláusula** Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, **Parágrafo** único, e 876, *caput*, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

**Testemunhas:**

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistradosda Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federaisdo Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

**ANEXO IV**

**MEMORIAL DE CÁLCULO**

**DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**(Anexo VII-D)**

|  |
| --- |
| Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018 |
| **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SR/PF/MT** |

|  |
| --- |
| **Nº PROCESSO: 08320.010312/2019-39** |
| **LICITAÇÃO Nº: Pregão Eletrônico nº 04/2020** |
| **SESSÃO PÚBLICA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020 às 14 horas (Horário de Brasília/DF)** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | |
| **A** | Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano) | **\_\_\_/\_\_\_\_/2020** |
| **B** | Município / UF | **CUIABÁ/MT** |
| **C** | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | SEEAC/MT-2020 |
| **D** | Nº de meses de execução contratual | 12 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO** | | |
| **TIPO DE SERVIÇO** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QUANTIDADE TOTAL** |
| **RECEPÇÃO E SECRETARIADO** | **POSTO** | **27** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | |
| **1** | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | **SECRETÁRIA** |
| **2** | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | CBO 4221-05 |
| **3** | **Salário Normativo da Categoria Profissional (CCT/2020-SEEAC/MT - 4 Faixa Salarial) R$ 1.354,69 POR 220 HORAS/MÊS** | **R$ 1.231,54** |
| **4** | Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | **SECRETÁRIA** |
| **5** | Data base da categoria (dia / mês / ano) | 01/01/2020 |

**Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **1** | **Composição da Remuneração** | **Valor (R$)** | **EXPLICAÇÃO** |
| **A** | Salário Base | **R$ 1.231,54** | O valor (**R$ 1.354,69**) é definido pela Convenção Coletiva SEEAC/MT 4ª Faixa Salarial para 44 horas semanais. Entretanto será contratado apenas 40 horas semanais, de modo que o pagamento deve ser proporcional |
| **B** | Adicional de periculosidade (art. 193 a 197 da CLT e art. 7º inciso XXIII CF/88) |  |  |
| **C** | Adicional de Insalubridade |  |  |
| **D** | Adicional noturno |  |  |
| **E** | Adicional de hora noturna reduzida |  |  |
| **F** | OUTROS - Gratificação por Assiduidade | 26,49 | (CCT/2020-SEEAC/MT - 4 Faixa Salarial) |
| **Total da Remuneração** | | **R$ 1.258,03** |  |

**Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias** | | | | **EXPLICAÇÃO** |
| **2.1** | **13º (décimo terceiro) Salário,**  **Férias e Adicional de Férias** | **Percentual (%)** | **Valor (R$)** |  |
| **A** | 13º (décimo terceiro) Salário  (Leis 4.090/62 e 4.749/62; art. 7º, VIII, CF/88; Decreto 57.155/65; Súmula N º 157 – TST) | 8,33% | **104,84** | **FÓRMULA:** =(1/12)\*100  1 Salário/12 (meses) multiplicado por 100 = 8,3333% |
| **B** | Férias | 8,33% | **104,84** | **FÓRMULA:** =(1/12)\*100  1 Salário/12 (meses) multiplicado por 100 = 8,3333% |
| **C** | Adicional de Férias | 2,78% | **34,95** | **FÓRMULA:** =(1/3/12)\*100  1 Salário/3 (1/3 do salário/12 (meses) multiplicado por 100 = 2,78% |
| **TOTAL** | | 19,44% | **244,62** |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.** | | | | **EXPLICAÇÃO** |
| **2.2** | **GPS, FGTS e outras contribuições** | **Percentual (%)** | **Valor (R$)** | Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. |
| A | INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991) | 20,00% | 300,53 | (Módulo 01 + Submódulo 2.1)\*20% |
| B | Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982) | 2,50% | 37,57 | (Módulo 01 + Submódulo 2.1)\*2,5% |
| C | SAT - Seguro acidente do trabalho (Art. 22, inciso II, alínea “b” da Lei nº 8.212/91)  **As licitantes deverão apresentar a GFIP/SEFIP para comprovar o percentual do SAT.** | **2%** | 30,05 | (Módulo 01 + Submódulo 2.1)\*3%  o percentual é variável. Segundo a IN da RFB 1.027/2010. **Código 8411-6/00** |
| D | SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990) | 1,50% | 22,54 | (Módulo 01 + Submódulo 2.1)\*1,5% |
| E | SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986) | 1,00% | 15,03 | (Módulo 01 + Submódulo 2.1)\*1% |
| F | SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990) | 0,60% | 9,02 | (Módulo 01 + Submódulo 2.1)\*0,6% |
| G | INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970) | 0,20% | 3,01 | (Módulo 01 + Submódulo 2.1)\*0,2% |
| **TOTAL GPS** | | 27,80% | 417,73 |  |
| H | FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990) | 8,00% | 120,21 | (Módulo 01 + Submódulo 2.1)\*8% |
| **TOTAL** | | 35,80% | **537,95** |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.** | | | **EXPLICAÇÃO** |
| **2.3** | **Benefícios Mensais e Diários** | **Valor (R$)** |  |
| **A** | Transporte R$ 4,10 | 106,51 | **FÓRMULA =(4,10\*2\*22)-(6%\*SB)**  **onde:**   1. **4,10 é o valor unitário da passagem local definido pelo Município;** 2. **2 é a quantidade diária de passagens a ser fornecida** 3. **C) 22 é a quantidade média de dias úteis no mês;** 4. **SB = Salário Base**   **Assim:**  = R$ **4,10** x 2 x 22 (dias) - (6% x salário-base).  Multiplica-se o valor da passagem local pela quantidade de passagem diária e pelo quantitativo de dias trabalhado no mês e desconta 6% do salário base. Sendo que o desconto de 6% tem que ser proporcional aos dias trabalhados (JURISPRUDÊNCIA - TCU (Acórdão 282/2009 – 1ª Câmara). |
| **B** | Auxílio-Refeição/Alimentação R$ 15,00 (Cláusula 15ª SEEAC/MT/2019) **Desc. 5%** | 313,50 | **FÓRMULA =(15\*22)-(15\*22\*5%)**  **Onde:**   1. **15,00 é o valor unitário do auxílio alimentação definido pela SEEAC/MT/2020** 2. **22 é a quantidade média de dias trabalhado no mês** 3. **5% é o percentual máximo que será descontado do empregado sobre o valor total do auxílio alimentação,** (Cláusula 15ª SEEAC/MT/2019)   **Assim:**  15,00\*22 = 330,00 (desse valor desconta **5%** do empregado e o resultado é o custo efetivo do auxílio alimentação). |
| **C** | Outros PRÊMIO ASSIDUIDADE Cesta Básica a Título de Assiduidade | 110,00 | (Cláusula 10ª SEEAC/MT/2020) |
| **D** | Outros |  |  |
| **Total dos Benefícios Mensais e Diários** | | **530,01** |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários** | | | **EXPLICAÇÃO** |
| **2** | **Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários** | **Valor (R$)** |  |
| **2.1** | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias **Submódulo 2.1.** | R$ 244,62 | **Somente quadro resumo** |
| **2.2** | GPS, FGTS e outras contribuições **Submódulo 2.2.** | R$ 537,95 |
| **2.3** | Benefícios Mensais e Diários **Submódulo 2.3.** | R$ 530,01 |
| **TOTAL** | | **R$ 1.312,57** |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Módulo 3 - Provisão para Rescisão** | | | |
| **3** | **Provisão para Rescisão** | **Valor (R$)** | **EXPLICAÇÃO** |
| **A** | Aviso Prévio Indenizado | 179,41 | Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 (sem a incidência dos encargos previdenciários  correspondentes ao GPS). |
| **B** | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 14,35 | AVISO PRÉVIO\*8% |
| **C** | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 60,11 | PERCENTUAL FGTS (8%)\*50% |
| **CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO** | | **90,32** |  |
| **D** | Aviso Prévio Trabalhado ***(Será zerado no segundo ano de contrato)*** | 214,22 | Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2/12 |
| **E** | Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 76,69 | VALOR DO APT \* O % TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2 |
| **F** | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 60,11 | PERCENTUAL FGTS (8%)\*50% |
| **CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO** | | **103,45** |  |
| **Total** | | **188,01** |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | |
| **Submódulo 4.1 - Ausências Legais** | | | |
| **4.1** | **Ausências Legais** | **Valor (R$)** | **EXPLICAÇÃO** |
| A | Substituto na cobertura de Férias |  |  |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | R$ 223,75 | BASE DE CÁLCULO: MOD1+2+3/30\*29,1991 (CADERNO TÉCNICO)/12 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade |  |  |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho |  |  |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade |  |  |
| F | Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) |  |  |
| **Total** | | **R$ 223,75** |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.2 - Intrajornada** | | | | |
| **4.2** | **Intrajornada** | **Percentual (%)** | **Valor (R$)** | **EXPLICAÇÃO** |
| **A** | Intervalo para repouso ou alimentação | 0% |  |  |
| **TOTAL** | | |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | |
| **4** | **Custo de Reposição do Profissional Ausente** | **Valor (R$)** | **EXPLICAÇÃO** |
| 4.1 | Ausências Legais | 223,75 |  |
| 4.2 | Intrajornada |  |  |
| **TOTAL** | | **223,75** | **Somente quadro resumo** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS** | | | |
| **5** | **INSUMOS DIVERSOS** | **Valor (R$)** | **EXPLICAÇÃO** |
| **A** | Uniformes | 129,98 | Valor por posto |
| **B** | Materiais |  |
| **C** | Equipamentos |  |
| **D** | Outros |  |
| **Total de Insumos diversos** | | **R$ 129,98** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | |
| **6** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | **Percentual (%)** | **Valor (R$)** | **EXPLICAÇÃO** |
| **A** | Custos Indiretos | 6% | 186,74 | A porcentagem usada nesta planilha de formação de preços é a média utilizada pela SLTI/MPOG no **Caderno Técnico 2018**.  MULTIPLICA-SE O SUBTOTAL DO CUSTO TOTAL POR EMPREGADO **(MÓD1+MÓD2+MÓD3+MÓD4+MÓD5)** PELO PORCENTUAL (%) DEFINIDO. |
| **B** | Lucro | 6,79% | 211,33 |
| **C** | Tributos | % |  |  |
|  | C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%) | 0,65% | 20,23 | MULTIPLICA-SE O SUBTOTAL DO CUSTO TOTAL POR EMPREGADO PELO PORCENTUAL (%) DEFINIDO. |
|  | C.1. Tributos Federais (COFINS 3,0%) | 3% | 93,37 |
|  | C.2. Tributos Estaduais (especificar) | 0 |  |  |
|  | C.3. Tributos Municipais (ISS 5%) | 5% | 155,62 | MULTIPLICA-SE O SUBTOTAL DO CUSTO TOTAL POR EMPREGADO PELO PORCENTUAL (%) DEFINIDO PELO **MUNICÍPIO.** |
|  | **TOTAL DE TRIBUTOS** | **8,65%** | 269,22 |  |
| **TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | **667,28** |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO** | | | |
|  | | | |
|  | **Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | **Valor (R$)** | **EXPLICAÇÃO** |
| **A** | Módulo 1 - Composição da Remuneração | 1.258,03 | Somente quadro resumo |
| **B** | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | 1.312,57 |
| **C** | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | 188,01 |
| **D** | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | 223,75 |
| **E** | Módulo 5 - Insumos Diversos | 129,98 |
| **Subtotal (A + B +C+ D+E)** | | 3.112,33 |
| **F** | Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro | 667,28 |
| **Valor Total por Empregado POR 40 HORAS SEMANAIS** | | **3.779,61** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quadro-resumo do VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | | | |
| **Tipo de serviço (A)** | | **Valor proposto por empregado (B)** | **Qtde. de empregados por posto (C)** | **Valor proposto por posto**  **(D) = (B x C)** | **Qtde. de postos (E)** | **Valor total do serviço (F) = (D x E)** |
| **1** | **SECRETÁRIA**  **40 HORAS SEMANAIS** | **R$** **3.779,61** | 1 | **R$** **3.779,61** | **27** | R$ 102.049,58 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** | | |
|  |  |  |
| **VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** | | |
|  | **DESCRIÇÃO** | **VALOR (R$)** |
| **A** | Valor proposto por unidade de medida (posto) | **R$ 3.779,61** |
| **B** | Valor mensal do serviço | **R$ 102.049,58** |
| **C** | Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato). | **R$ 1.224.595,00** |

**ANEXO V**

**AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO N° XXXX / 2020**

**Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (**conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017**)**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*identificação do licitante*), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*nome do representante*), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **AUTORIZA**, para os fins estabelecidos na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

1) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13° salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial;

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

..........................................., .......... de.......................................... de 2020

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*(assinatura do representante legal do licitante)*

**ANEXO VI-A**

**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, do(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, infra-assinado, portador da carteira de identidade número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, expedida pela\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do cadastro de Pessoa Física, CPF/MF, sob o número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital do Pregão Eletrônico nº. 04/2020. Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes.

Declaro que me foi dado acesso às dependências da POLÍCIA FEDERAL EM \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/MT através de cláusula expressa no Edital e Anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para a prestação dos serviços com as informações constantes do Termo de Referência e Edital.

Município/UF, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante da Empresa

**ANEXO VI-B**

**TERMO DE VISTORIA TÉCNICA**

Certifico sob as penas da lei que a empresa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, do(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, infra-assinado, portador da carteira de identidade número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, expedida pela\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do cadastro de Pessoa Física, CPF/MF, sob o número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ visitou as dependências da POLÍCIA FEDERAL EM \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/MT, tomando conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº. 04/2020, estando plenamente consciente da infraestrutura que tem a disposição e das condições para a prestação dos serviços.

Município/MT, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante da Polícia Federal

(Matrícula)

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **possui** os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome do Órgão ou Empresa**  **E endereço** | **Nº/Ano do**  **Contrato** | **Data de início**  **da vigência** | **Data final**  **da vigência** | **Valor Anual**  **do contrato** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

Valor total dos Contratos \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

**Nota 1:** Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

**Nota 2:** \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

1. A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

**Fórmula de cálculo:**

|  |
| --- |
| Valor do Patrimônio Líquido x 12 >1  Valor total dos Contratos \* |

Observação:

**Nota 1:** Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

**Nota 2:** considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*.

1. Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maiorque10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

|  |
| --- |
| (Valor da Receita Bruta - Valor total dos Contratos) x 100 =  Valor da Receita Bruta |

**ANEXO VIII**

**MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

**(Avaliação da qualidade dos serviços)**

**1.**A qualidade dos serviços prestados será medida por meio dos indicadores estabelecidos abaixo.

**1.1.**Quando os indicadores resultarem em valor acima de 6 pontos, além da glosa, poderá ser aplicada multa compensatória de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme sansão descrita neste Termo de Referência.

**1.2.**A recorrência de motivos que levaram à aplicação de glosas poderá se configurar inexecução do objeto do contrato, situação sujeita a sanções administrativas.

**1.3.**As glosas definidas em cada um dos indicadores podem ser aplicadas de forma acumulativa.

**1.4.**O resultado da apuração da pontuação e respectivo percentual da glosa, serão comunicados pelo fiscal do contrato, por meio de notificação formal, à então contratada, que terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, paracontestar.

**1.5.**A cada glosa, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade.

|  |  |
| --- | --- |
| **Indicador** | |
| **Nº 01– Somatório ponderado de ocorrências (irregularidades) apresentadas durante execução contratual.** | |
| **Item** | **Descrição** |
| **Finalidade** | Garantir que os serviços sejam realizados conforme a frequência especificada no Termo de Referência |
| **Meta a cumprir** | Prestação de 100% dos serviços dentro das especificações do TR |
| **Instrumento de medição** | Planilha de controle de ocorrências |
| **Forma de acompanhamento** | Verificar as datas das ocorrências dentro do intervalo mensal efetuando o devido registro das mesmas para apuração total ao fim de cada período avaliado |
| **Periodicidade** | Mensal |
| **Mecanismo de Cálculo** | Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme tabela de pontuação acumulada (abaixo). |
| **Início de Vigência** | Data do início da execução dos serviços |
| **Faixas de glosa no pagamento** | Até 2,0 (dois) pontos = 100% da fatura, ou seja, não há glosa. |
| De 2,1 à 4,0 pontos = 97% da Fatura, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da NF. |
| De 4,1 à 6,0 pontos = 95% da Fatura, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da NF. |
| De 6,1 à 8,0 pontos = 90% da Fatura, ou seja glosa, de 10% sobre o valor da NF |
| De 8,1 à 10,0 pontos = 85% da Fatura, ou seja glosa, de 15% sobre o valor da NF |
| 10,1 pontos ou mais – inexecução parcial ou rescisão |
| **Observações** |  |

**TABELA DE PONTUAÇÃO DE OCORRÊNCIAS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ocorrência** | **Aferição** | **N.º de ocorrências**  **no mês** | **Valor da**  **ocorrência** | **TOTAL** |
| Atraso no crédito de salários além do 5º dia útil do mês imediatamente subsequente ao do mês de referência): (ordinários - mensal), décimo terceiro, férias, remunerações compensatórias e rescisões contratuais. | Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato ou a comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja,**a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência.** |  | 0,1 |  |
| Atraso do crédito dos benefícios de vale refeição além do estabelecido (no contrato ou na Convenção Coletiva). | Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato ou a comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, **a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência**. |  | 0,1 |  |
| Não fornecer equipamento ou fornecer diferente das especificações, ou não substituir quando necessário (Contrato e Termo de Referência). | **Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência,** podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. |  | 0,5 |  |
| Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências de postos de serviço por absenteísmo. | **Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência**, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A empresa deverá substituir o empregado em até 2 horas. |  | 1 |  |
| Substituir funcionários sem a anuência prévia da CONTRATANTE. | A empresa deverá justificar imediatamente a razão da inexecução parcial. **Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência**, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. |  | 1 |  |
| Não cumprir determinações e Notificações. | **Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência**, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. |  | 1 |  |
| Não registrar fatos ou situações no livro de ocorrências. | **Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência**, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. |  | 0,5 |  |
| Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado ou determinação formal. | **Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência**, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. |  | 1 |  |
| Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência não especificada nesta tabela | **Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência**, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. |  | 0,5 |  |
| Deixar de cumprir e acompanhar o horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização | **Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência**, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. |  | 1 |  |
|  | | | |  |

**1.6.**O relatório da avaliação deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à CONTRATADA com prazo aberto para manifestação.

**1.7.**As eventuais justificavas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

**1.8.**Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o **fator de qualidade ajustando** o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.

**1.9.**A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das sanções previstas no contrato.

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO LOCAL (MT)**

Declaramos que esta empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ instalará na **Região Metropolitana da Capital de Mato Grosso** (Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres, Rondonópolis, Barra do Garças ou Sinop), no prazo máximo de 60 dias da vigência do contrato escritório local (MT), aparelhado e com pessoal qualificado e disponível para gerir a execução contratual.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal da Empresa

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RG ..... Órgão Expedidor .........

ou outro documento de identificação

**Observações:**

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;

2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.

**ANEXO X**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO**

**UNIDADE:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

<Nome completo>, <profissão >, <nacionalidade>, portador da identidade <n° identidade, <órgão expedidor/Estado>, e CPF <n°>, abaixo firmado, assume o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas, a que tiver acesso nas dependências das unidades da Polícia Federal.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, sistemas, rotinas e informações vinculadas a esta unidade da Polícia Federal, não divulgando-as a terceiros sob nenhuma hipótese;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação a que possa ter acesso na Polícia Federal;
3. A não apropriar para mim ou para outrem de material a que tenha acesso nas dependências da unidade da Polícia Federal;
4. A informar imediatamente ao fiscal do contrato, sobre qualquer quebra no sigilo ocorrida, ou possa ocorrer, bem como de pessoas estranhas ao quadro de servidores da Polícia Federal interessadas em obter informações da rotina ou dados desta unidade.

Declaro estar ciente e assumo inteira responsabilidade pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, ficando ciente de todas as sanções administrativas e penais cabíveis para o caso.

Local: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Data:\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Compromissado

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Testemunha 1

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Testemunha 2